

# EDITORIAL

## EDITOR'S NOTES

É com grande satisfação que observamos a chegada do volume 36 da RDCC. Uma rápida análise do seu conteúdo imediatamente desvela o cumprimento da missão primordial da revista: o tratamento dogmático aprofundado de temas clássicos e a sua eterna confrontação com os desafios contemporâneos. Na seção de doutrina nacional, portanto, encontramos assuntos clássicos como a “Teoria do fato jurídico e a verdade: uma abordagem da relação teleológica entre verdade e fato” – apresentado por um autor igualmente clássico, o professor Marcos Bernardes de Mello, acompanhado do professor Thiago André Gomes Antunes – e temas absolutamente inovadores como o artigo que trata da “Responsabilidade civil de algoritmos”, da lavra de Jesualdo Eduardo de Almeida Junior e Caroline Pastrri Pinto Reinas, além do artigo que enfrenta o tema da “Biometria, autodeterminação informativa e proteção de dados pessoais”, da lavra da Professora Adriana Espíndola Corrêa e de Maria Fernanda Battaglin Loureiro.

Confirmando a sólida relação da Rede de Direito Civil Contemporâneo com universidades estrangeiras, o tema da proteção de dados volta a ser enfrentado pela professora da Universidade de Bolonha Giusella Finocchiaro, analisando a “Inteligência artificial e proteção de dados pessoais”, em texto que conta com a tradução de Rafael Montilla Polla. Integrando ainda a seção de doutrina estrangeira temos o instigante trabalho do Professor Emérito da Universidade de Copenhague Ditlev Tamm e da professora Helle Vogt, sobre “O desenvolvimento de uma linguagem jurídica dinamarquesa: a terminologia do direito na Lei da Escânia medieval”, em tradução de nosso editor adjunto Luís Felipe Rasmuss de Almeida.

A seção de doutrina nacional ainda conta com trabalhos que comprovam a vocação comparatista da RDCC, como o trabalho de Carolina Mallmann Tallamini dos Santos e Ivana Formigheri Jacob, enfrentando a complexa temática do “Trust inglês e negócio fiduciário brasileiro: uma abordagem de direito comparado” e o artigo do Professor André de Carvalho Ramos e de Diana Tognini Saba, intitulado “Uma nova alienação parental transnacional? A criminalização do abductor e a prática dos Estados no sequestro internacional de crianças”. Complementando a seção de doutrina nacional, encontram-se textos de notória importância para o Direito Civil Contemporâneo: “Discriminação de preços: os limites jurídicos da oferta e precificação”, de Jonathan Barros Vita e Thiago Maciel de Paiva Costa; “Contratos agrários e os efeitos

da pandemia da Covid-19”, de Ana Carolina Borges Oliveira e “Disposição sucessória em pacto antenupcial: defesa de sua admissibilidade e seu limite”, do Professor Titular da USP Nestor Duarte.

A tradicional seção dedicada à Memória do Direito Civil conta com o texto “Nota introdutória: Memória e Direito Civil”, do professor Marcílio Toscano Franca Filho, e com a carta do Ministro da Justiça Epitácio Pessoa ao catedrático Clóvis Beviláqua, transcrita por Guilherme Morais Régis de Lucena.

A importante obra de Gustavo Moser, *Compra e venda internacional de mercadorias*, recebe a resenha da professora Véra Jacob de Fradera, da mesma forma que o interessante trabalho de Francisco Sabadin Medina, *Efeitos da mora do credor no Código Civil de 2002: origem, sentido, alcance e consequências da sujeição do credor a receber a coisa “pela estimação mais favorável ao devedor” (art. 400, parte final)*, é resenhado por André Nunes Conti.

O sempre complexo tema dos danos *in re ipsa* e a possibilidade de se indenizar por mera conduta do agente é objeto de comentário de jurisprudência de Felipe Teixeira Neto, em análise de julgado do Superior Tribunal de Justiça que confirma a necessidade de uma efetiva consequência para a caracterização do dano extrapatrimonial no Direito Brasileiro. Ainda do mesmo sodalício, Diogo Pitta analisa julgado que trabalha com a atual temática do avanço da autonomia privada no campo familiar.

Por fim, os leitores contarão, na seção de Ensaios, com os textos “Notas sobre a relação de liquidação dos contratos resolvidos (análise crítica da tese da eficácia retroativa da resolução no direito brasileiro)”, de André Nunes Conti e do professor da USP Marcelo Vieira von Adamek, e “Efetividade da tutela dos direitos de personalidade no processo informacional: da privacidade aos desafios da proteção de dados”, de Carolina da Rosa Roncatto.

Julho de 2023

RAFAEL PETEFFI DA SILVA  
Professor Associado da UFSC